

Agropecuária exige apoio oficial

Melhor aproveitamento das terras, maior participação oficial no esforço para melhoramento de sementes e muita vontade de participar foram alguns dos pontos abordados na mesa-redonda que o CORREIO BRAZILIENSE promoveu sobre a agropecuária no DF. Cinco convidados: Pedro Ivan Rogedo, presidente da Associação dos Criadores do Planalto; Luiz Ghesti, presidente da Cooperativa Agropecuária do DF (Coopa-DF); Agide Gorgatti, diretor da Embrapa; e mais os produtores Nuri Andraus e Dirceu Cortez. Sob a coordenação dos jornalistas Fernando Pinto e Renato Riella, eles discutiram os problemas da região e mostraram a necessidade de Brasília dispor de agroindústrias que assegurem, na própria área da geoeconômica, o benefício da produção local.

Os debates entre os representantes do setor privado e o representante da Embrapa só não foram completos pela ausência do Secretário da Agricultura do DF, Alceu Sanches. Convidado para participar da mesa-redonda, ele não compareceu e algumas questões ligadas à sua área ficaram sem resposta. A síntese da discussão é que os agropecuaristas exigem uma presença ainda maior da Embrapa nas propriedades particulares, apoiando trabalhos pioneiros e acrescentando experiências já desenvolvidas em outras partes do país.

CB — Para começar, Pedro Ivan poderia explicar qual é a situação atual da agropecuária no Distrito Federal.

PEDRO IVAN — A agropecuária no Distrito Federal tem passado por um processo dinâmico de desenvolvimento, sem dúvida alguma, motivado pela prioridade que, de uma maneira ou de outra, tem sido dada pelo Distrito Federal. A colheita de grãos tem ano a ano, aumentado, passando o Distrito Federal hoje de uma maneira muito representativa no contexto da região. A pecuária também tem-se desenvolvido. Há projetos de produção de leite e corte, e inclusive alguns projetos até mesmo utilizando tecnologia mais sofisticada, que têm apresentado resultados positivos. Acho muito válida a oportunidade desse debate, porque há muito a fazer ainda, mesmo dentro das condições atuais, sem aumento de gastos excessivos, sem mesmo necessitar de apoio especial. Muitos aspectos podem e devem ser melhorados de maneira a utilizar a terra e os recursos que estão sendo aplicados. Enfatizaria a necessidade de uma nova aplicação de recursos na pesquisa agropecuária como elemento básico para aumento da produtividade.

CB — Como a Embrapa vê este desenvolvimento?

AGIDE GORGATTI — Como foi dito, realmente, há muito desenvolvimento na agropecuária do Distrito Federal, hoje com projeções já significativas na área de grãos. Estamos notando também um desenvolvimento na região geoeconômica, na produção de legumes e hortaliças e já com início extremamente promissor na área de fruticultura. Acreditamos que em função das condições atuais em que se encontra o País há necessidade de uma utilização desses resultados. Isso significa que se deva dar uma atenção muito especial a programas que visem melhorar o sistema de armazenamento, de transporte e processamento de alimentos. Acreditamos que esta conjugação de esforços seja uma das formas mais eficientes de alcançar um resultado no sentido da diminuição de perdas. Então, a idéia que pretendemos desenvolver, juntamente com o empresariado da região geoeconômica de Brasília, é no sentido de avaliarmos, de uma maneira extremamente objetiva, a possibilidade do desenvolvimento de projetos agroindustriais. Isso significa que daremos um enfoque integrado, da produção ao armazena-

mento, ao processamento e à entrega de produtos mais ou menos elaborados ao mercado.

Em relação à agropecuária, como Pedro Ivan ressaltou, existe todo um empenho no sentido de também desenvolvermos técnicas e tecnologia modernas e o objetivo da Embrapa é desenvolver todos esses programas numa congregação de esforços muito grande com o setor privado.

CB — Por exemplo?

AGIDE GORGATTI — Por exemplo: na área que temos, inclusive, trabalhado muito com a própria Associação dos Criadores do Planalto, que Pedro Ivan representa, no sentido da preservação de raças em extinção; transplante de embriões, que é uma área que devemos dar uma prioridade muito grande e que deve

Os produtores acham que a pesquisa deveria ser desenvolvida toda em contato com a empresa privada, e não ficar circunscrita à ação oficial

ser desenvolvida num trabalho lado a lado entre o setor governamental, através das suas instituições de pesquisa, e o setor privado. Este último ao mesmo tempo que vai acompanhando o desenvolvimento das técnicas e tecnologias, vai incorporando-as, trazendo isso numa operação comercial que é da maior valia para o País.

LUIZ GHESTI — Creio que a pesquisa agropecuária poderia ter maiores índices. Acho que a Embrapa tem prestado extraordinários serviços à agricultura no País. Isso é inegável. Se fôssemos medir o que custou e o que já resultou do trabalho dela em benefício da agropecuária, esses benefícios são muito superiores ao custo. Mas creio ser preciso dar prioridade ao trabalho da Embrapa junto à empresa privada, isso na própria pesquisa básica. Por exemplo, uma pesquisa qualquer em termos de milho, feijão, arroz e de pastagem, etc. ao invés de ficar mul-



O debate revelou situações interessantes da agropecuária do DF

tas vezes como é hoje, circunscrita em 95 por cento aos centros de pesquisa, deveria ser desenvolvida diretamente com a empresa privada todo o tempo. Sei que a estrutura básica da Embrapa, de laboratórios, é necessário para essas pesquisas. Mas acho que a pesquisa deveria ser trabalhada junto ao produtor.

AGIDE GORGATTI — Nós concordamos com esse ponto de vista e estamos tentando operacionalizar as ações dentro desses critérios. Você pediu um outro exemplo no campo da agricultura. Há anos atrás, tivemos um encontro com a Cica em São Paulo. A Cica manifestava interesse no desenvolvimento da cultura de ervilha. Em 79 nós mantivemos os primeiros contatos, fizemos as primeiras pesquisas de campo no Centro de Pesquisas de Hortaliças e verificamos que havia um potencial. Nesse mesmo ano já plantamos os primeiros 20 ha., com irrigação. A cultura foi-se desenvolvendo de uma maneira realmente promissora. Não houve necessidade de pulverização, devido às condições climáticas que eram extremamente favoráveis. No ano seguinte nós conseguimos quadruplicar esta produção, melhoramos as técnicas de colheita e hoje, junto com o setor produtivo, já temos aqui as fazendas, as propriedades agrícolas produzindo, plantando uma área superior a 500 ha. e estamos com previsões, talvez para o próximo ano, para mais de 1.000 ha. Isso levando a indicar, num período muito curto de três anos, que o próximo passo seria o da industrialização dessa ervilha.

Tivemos uma participação também em relação à cultura da soja, que se expandiu com uma participação extremamente agressiva dos empresários agrícolas do Distrito Federal, de uma forma significativa e acho que hoje existe campo para um trabalho conjunto, não só com vários órgãos do Governo mas, inclusive, com o setor privado. Talvez seja o caso de se pensar até numa indústria para industrialização de soja, com reais benefícios não só para a agricultura, mas para o consumidor, através do fornecimento de alimento de excelente qualidade, e também beneficiando a pecuária através das rações e dos resíduos que seriam utilizados para os animais.

DIRCEU CORTEZ — Já existe alguma coisa delineada no sentido de ativar a implantação da agroindústria na geoeconômica?

AGIDE GORGATTI — Veja bem:

existe uma série de idéias no sentido de se identificar quais seriam aquelas oportunidades mais promissoras para a agroindústria. Mas não há ainda nenhuma definição muito específica com relação a essa área.

LUIZ GHESTI — Enquanto se fala em idéias, planos e análises, eu procuraria observar uma coisa mais tangível em termos de agroindústria, aquilo que existe atualmente. Por exemplo: quando se fala em agroindústria na região geoeconômica é preciso que se diga que existe agroindústria. A Coopa-DF, por exemplo, tem indústria de beneficiamento de arroz. Beneficiamos mais de 500 mil sacos por ano, contribuindo para abastecer metade do consumo de arroz do Distrito Federal. Temos também, em relação ao milho, uma fábrica não instalada ainda. Não há possibilidade de se instalar, não há viabilidade econômica de instalação, porque, sendo instalada no Distrito Federal, é preciso trazer o milho de Goiás ou Minas; incidindo ICM sobre esse milho não dá. É impraticável, porque a ração não tem ICM.

NURI ANDRAUS — Vocês instalam aí próximo, na região geoeconômica...

O Sr. **LUIZ GHESTI** — Estamos pensando realmente em instalar mais próximo à região produtora do milho. Mas no caso do arroz nós estamos quase que pensando em desativar, porque não compensa. Quem nos garante que é economicamente viável a instalação de uma indústria de soja aqui no Distrito Federal? A custo do dinheiro hoje, não. As atividades de esmagamento de soja não pagam ou não remuneram o produtor, não trazem vantagem. E o mesmo caso do arroz. Quando, por exemplo, o Governo tabelou o preço do arroz, que só pode subir no máximo 90% da ORTN, o custo para estocar esse arroz, essa matéria-prima para beneficiar oportunamente, de acordo com a demanda da população, e o custo de correção monetária mais 8% de juros ao ano. Quer dizer: é uma atividade só analisada financeiramente, que não é viável.

PEDRO IVAN — Como é que existem tantas indústrias ali florescentes? Aqui perto, em Anápolis, há indústrias de beneficiamento, de empacotamento, e não me parece que as pessoas estejam perdendo dinheiro. Será que a cooperativa não está com custos muito elevados?

LUIZ GHESTI — Mas a realidade é outra. Quem conhece Anápolis sabe que a maior parte das máquinas de beneficiamento de arroz está fechada e a indústria de beneficiamento de soja no país, 60% já está desativada.

NURI ANDRAUS — Brasília é um pólo industrial, mas, em função de matéria-prima. Existe um pólo Cimenteiro em Brasília porque apareceu a matéria-prima e tinha um mercado dessa matéria-prima. A agroindústria qui, sempre se falou muito, mas enquanto não existir

Beneficiamento de arroz na área do DF está em crise. Por quê? — perguntam os produtores. Um deles acha que o arroz de sequeiro não tem futuro.

uma produção agrícola confiável em quantidade e qualificação, essa agroindústria será um risco muito elevado; menos a de arroz. Essa, migra em função da produção. Como o arroz é uma indústria pioneira no desmate, ela vai imigrando. Está subindo de Anápolis em direção à Belém-Brasília, Uruaçu, Gurupi e vai embora. E o arroz vai desaparecendo nessa nossa região e quero ver se, felizmente, vai ser substituído por soja ou milho. Quanto à soja, a coisa está muito perto de eclodir. Dentro de um ou dois anos, haverá um pólo de esmagamento de soja aqui na região.

CB — Qual o segredo da soja no cerrado?

NURI ANDRAUS — Quanto ao cerrado, talvez tenha sido até a Embrapa quem deu à luz através de CPAC, por um caminho fundamental. O cerrado é uma região particular no mundo inteiro e até bem pouco tempo atrás ninguém sabia mexer com ele. Sou de Uberlândia e assisto meu pai tentar fazer alguma coisa em cerrado há trinta anos e agora o cerrado para mim tornou-se viável às custas da soja. Não conheço outro processo de fazer cerrado se não for com soja. É a única lavoura que melhora a qualidade do solo. É uma lavoura moderna, extensiva, toda mecanizada. Não tem classificação, sai a granel, é um negócio que deixa o produtor colocar de uma maneira segura. Você acaba de colher o ar-

roz, leva na máquina, o sujeito classifica, aperta na mão, quebra, dá marcha à ré, como diz uma expressão de fora. E uma infelicidade desde o dia que planta. Você está inseguro com o arroz até o dia que colhe. A soja é o inverso. Você tem segurança o tempo inteiro e a segurança é feita na bolsa de Chicago, não é feita no Brasil. Isso aí, deixando com resíduo, com solo nivelado.

AGIDE GORGATTI — Gostaria de fazer um comentário. Em relação à agroindústria, quando informamos que ainda não existe um plano é que há necessidade de se fazer uma análise do ponto de vista econômico e financeiro. Mas hoje existe um fator novo também que precisamos analisar: os custos de transporte são de tal ordem elevados que vão ajudar a viabilizar algumas ações nesta

Brasília precisa de uma infra-estrutura industrial. O caminho da agroindústria pode ser o mais indicado para a capital federal. Fica a sugestão

hora. Nós todos sabemos disso. Existem também no âmbito do Governo estudos relacionados a reforma tributária e tarifária, que levam no seu bojo alguns aspectos relativos à regionalização tarifária. Isso, de uma certa forma, irá beneficiar agroindústrias.

LUIZ GHESTI — Porque a situação atual hoje não é tão boa assim. Muito precisa ser feito. Mas o sr. citou no início armazenamento, transporte e processamento e eu citei as dificuldades do processamento de milho e de arroz. Cito também a dificuldade de armazenamento. Acompanhando essa emergente agricultura da região, que se desenvolve de uma forma tão promissora, os produtores organizados vieram atrás, fazendo armazéns e unidades de recepção. Agora, os custos financeiros de hoje, tornam-se incompatíveis com a atividade agrícola do produtor. Quer dizer, o custo financeiro quem tem que pagar e quem paga é o produtor. Então a cooperativa tem que cobrar esses custos de armazenagem e que acabam onerando o produtor. Mas não houve outra alternativa. Não se tratou nem de uma escolha. Foi uma fatalidade. Havia agricultura e precisava se apoiar. E o Governo não foi tão ágil em dar esse apoio. Então os próprios produtores tiveram que fazer armazéns, descapitalizando-se com isso, pagando mais, taxas maiores, e recebendo custo menor pelo seu produto. Enquanto nós estamos aqui com uma agricultura hoje bastante expressiva, nós estamos pensando lá na frente, em agroindústria, quando não temos ainda o básico bem atendido.

Na parte de transporte o DF já está exportando soja e o único porto que dá para exportar hoje é o de Paranaguá. Estamos exportando 8 mil toneladas, mas tínhamos que ter carregado o navio em 30 de maio e não conseguimos até agora vagões aqui em Brasília para transportar essa produção. Sem contar que não existe terminal graneleiro. Então tem sido feito na base do improviso e isso custa. É preciso que haja estudos, que haja planos na própria Embrapa, ou da iniciativa privada no sentido de viabilizar a indústria. Mas chamo a atenção que existem sérios problemas para a incipiente agroindústria de hoje, assim como há deficiência também na parte de armazenagem.

NURI ANDRAUS — Confirmando que Luiz está dizendo. Quando se fala em área pioneira ou área de fronteira, normalmente a gente pensa em norte de Mato Grosso ou sul do Pará, mas área de fronteira é toda área nova e a agricultura do Distrito Federal é nova, num solo até bem pouco tempo totalmente desconhecido. E essa cultura tem que concorrer num processo de mercado com a agricultura do sul de São Paulo, com o Paraná, com áreas já cultivadas há 50 anos em solos de extrema fertilidade. Então não há a menor possibilidade de competição se ela não tivesse ocorrido em cima de programas especiais para a região. Esses programas do Polo-Brasília, Polo Centro foram de uma felicidade muito grande ao fazer essa abertura. Esses programistas, por questões de política monetarista, foram sumariamente congelados e a região deve padecer com eles violentamente. Acho que o binômio fundamental da região é pesquisa, e semente, e tecnologia em cima desse solo.

CB — A Embrapa está fazendo isso?

NURI ANDRAUS — Está. Já fez

muito e tem muita coisa para fazer... Então essa pesquisa tem que ser acompanhada de um investimento para dar um pique inicial de produção. Depois disso a agricultura daqui consegue andar por conta própria.

DIRCEU CORTEZ — Nós estamos competindo com processos já institucionalizados, com processos agroindustriais do Sul do País e do Centro-Sul. Essa região emergente do Centro-Oeste precisa dar um apoio decisivo, porque se em caso contrário nós não vamos ter condições absolutamente de competir com indústrias já instaladas anteriormente a custos altamente convulsivos. Como o Nuri disse, os custos financeiros hoje, evidentemente, se não houverem medidas complementares, impossibilitarão o surgimento de um processo novo de agroindústria, embora possamos contar em contrapartida com os custos de transportes. E necessário que o Governo reflita muito e estabeleça um plano que realmente venha ao encontro da aspiração da classe produtora a nível de implantação de agroindústria.

AGIDE GORGATTI — Concordo plenamente com o que você falou e destaco o caso específico de Brasília, hoje com uma população acima de 1 milhão de pessoas. Não existe nenhuma cidade com uma população acima de 1 milhão de habitantes no mundo que realmente não conte, em sua infra-estrutura, com algum apoio na área industrial. Há necessidade desse binômio. No caso específico de Brasília, particularmente, achamos que uma das vocações naturais seria exatamente a agroindústria. Essa agroindústria poderia dar aquele embasamento econômico que realmente é muito necessário para Brasília. Agora concordamos plenamente com o que foi dito, que realmente há necessidade de uma política diferenciada para essa região geoeconômica. Sem uma definição, sem um apoio decisivo como foi dado no passado, realmente as coisas ficarão muito difíceis. Então, na realidade, nós achamos imperativo que essas idéias sejam discutidas. Há a necessidade de uma definição muito clara por parte do Governo, no sentido de um projeto, de um apoio diferenciado e que venha realmente possibilitar que essas idéias e planos se tornem realidade através de investimentos pelo setor produtivo.

PEDRO IVAN — O que se observou foi o seguinte: há uma preocupação da cooperativa em tornar a agricultura local mais forte. Então, um item que considero da mais alta importância para que isso possa se viabilizar, é um estudo da situação fundiária do Distrito Federal. Vejam o seguinte: o DF tem mais de 600 mil hectares. Desse mais de 600 mil hectares existe um percentual, talvez uns 30%, 200 mil hectares inservíveis. Poderiam ser utilizados talvez com projetos de reflorestamento, etc. Por outro lado, temos aqui na vizinhança do DF extensas áreas no poder do IBGE, da Universidade de Brasília, das próprias Forças Armadas, tem Águas Emendadas, água mineral; há áreas de preservação extensas aqui em volta de Brasília, áreas de reserva para a Barragem do Descoberto, área de reserva de mananciais aqui para o lado da Barragem São Bartolomeu, agora Barragem do Rio Descoberto. Enfim, se analisarmos tudo isso, não sobra mais do que uns 100 mil hectares agricultáveis que estão sendo usados, sendo que o potencial de terras pode ser mais do que dobrado. Há terras produtivas, muito boas, em torno de Brasília, com baixo custo de transporte, com baixo custo de administração e com vários outros custos minimizados. Acho que a situação fundiária do DF precisava ser reestudada de maneira a melhor orientar...

LUIZ GHESTI — Sem contar as áreas de lazer. Ai se toca num ponto bastante polêmico, porque a gente conhece a posição do Governo a esse respeito. Os contratos de arrendamento, sistema fundiário escolhido para o DF para se evitar a especulação imobiliária e também para tornar as áreas produtivas, não estão se mostrando muito eficazes. Apesar de haver contratos de arrendamento, esses contratos não têm feito com que grandes áreas, já de posse de produtores, sejam incorporadas ao processo produtivo.

PEDRO IVAN — Será que não é uma situação um pouco diferente? Veja bem: aqueles programas de arrendamento iniciais, de áreas pequenas e que em termos de escala não tinham viabilidade econômica, muitos deles são usados como chácaras de lazer, etc. Mas esses programas mais recentes, como o PADDF, onde as áreas são maiores e há um planejamento melhor, o conhecimento que temos da região é que 95% dessas terras estão sendo absolutamente utilizadas e incorporadas ao processo produtivo por projetos de muito boa qualidade. Ate um fato que precisaria ser analisado nesse trabalho: verificamos que existe também dentro do DF um grande percentual, 51 mil hectares, talvez, de terras escrituradas. O que é que notamos? A terra arrendada é produtiva e a terra escriturada não é.

DIRCEU CORTEZ — Para reportar a uma proposição que Pedro Ivan fez no início, que passou um pouco despercebida e que considero importante. E aquela parte da Embrapa, que precisa ter uma convivência maior com o produtor ou com determinados produtores. É uma expectativa nossa de produtores — não sei se a Embrapa já utiliza — de que ela possa criar inclusive um inter-relacionamento maior, estabelecendo pólos de desenvolvimento. Me parece que isso se encaixa muito bem naquilo que o Pedro Ivan falou: a Embrapa ter contato direto com o produtor e levar a pesquisa para o produtor. Então nós temos aqui o Pedro Ivan que faz uma experiência com transplante de embriões. É uma experiência inovadora e acho que ele foi até bastante corajoso em implantar esse experimento aqui no DF a nível de empresa. Torcemos todos para o melhor sucesso dele. Essa participação da Embrapa pode ser ampliada?



A variedade de soja desenvolvida em Cristalina não obteve apoio do Governo. Produtores acham que situação como esta não se pode repetir.

AGIDE GORGATTI — Nós realmente temos tido uma enorme atividade junto ao setor privado. Temos assinado muitos convênios. Acho que o número cresceu de uma forma geométrica nestes últimos anos. Temos convênios com cooperativas, com empresas, com fazendeiros, de forma direta, isso aí para o Brasil todo, inclusive na área de energia, que é uma das áreas que coordenamos dentro da Embrapa, instalando projetos dentro das propriedades junto com os empresários e fazendo avaliações. Então, aqui fica registrado o interesse de ampliarmos os contratos para agilizar parte das experiências dentro das propriedades privadas.

NURI ANDRAUS — O ex-ministro Paulinelli uma vez se referiu às várias punições que ele vinha recebendo aqui no seu período. Ele foi muito feliz ao observar que o Brasil não tem codificações climáticas, como em certas regiões da Argentina ou Estados Unidos, para comparar níveis de produtividade. Então nós teríamos que nos ater a uma produtividade que desse economicidade para a nossa agricultura. Peguei uma revista outro dia e fiquei assustado. Inicialmente deprimido, mas agora a coisa virou um desafio: E o campeão mundial de produtividade de milho. Trata-se de um americano pequenininho, que tem uma lavoura de milho e tira 22 mil quilos por hectares. A gente sabe que milho - eu já tentei fazer um pouquinho - tem certos problemas particulares. Um deles é o problema de toda a nossa agricultura, que se chama semente. E eu acho que aqui entraria o Dirceu, que tem uma lavoura de milho de excelente codificação. Está aqui a Embrapa e eu acho que era hora de se fazer uma semente de milho ao nível das de soja e de arroz que nós temos. Milho e trigo são as sementes que nós não acertamos ainda. Tenho certeza absoluta de que a hora em que o cerrado acertar a semente de milho, assim como os gaúchos acertaram a variedade de arroz com a inundação, resolve o problema. Os gaúchos resolveram o problema de qualificação de arroz. Enquanto eles não acertaram, reclamaram a vida inteira. Acertaram a semente e virou uma lavoura das mais rentáveis no País. Por isso, acho que o arroz de "sequeiro" vai acabar. E o milho? É um problema eterno. Produtividade de 1.000, 1.500, 2.000 quilos. Quando o sujeito faz 6.000 quilos ganha medalha. O homem lá faz 22 toneladas!

DIRCEU CORTEZ — A proposição do Nuri é muito interessante. Evidentemente que se viabilizava a nível econômico não teremos nenhuma contraposição à idéia dele. Podemos fazer sementes de milho o ano todo.

PEDRO IVAN ROGEDO — Eu colocaria o seguinte: este País criou um gigantismo estatal que está difícil de sair. Agora, a Embrapa não é um caso fora do contexto. O que eu colocaria em termos desta sugestão seria o seguinte: quando o pesquisador da Embrapa propõe uma pesquisa qualquer... Vou fazer uma pesquisa no CPAC sobre o milho ou trigo. Acho que a conotação deveria ser a seguinte: poderá isso ser feito junto com a empresa privada? Poderá ser feito com o produtor? Isso, antes de elaborar ou desenvolver uma pesquisa dentro do CPAC...

NURI ANDRAUS — Esse espírito existe. Deixe-me advogar pela Embrapa agora.

AGIDE GORGATTI — Queria fazer um comentário reforçando aquilo que havia dito anteriormente, de que nós temos realmente muitos técnicos trabalhando dentro das propriedades privadas. Isso se faz em caráter nacional. Estamos colocando inclusive técnicos à disposição de empresas nacionais que estão viabilizando projetos no exterior. A Embrapa tem colocado técnicos na Costa do Marfim, tem enviado técnicos inclusive para a Nigéria, para exportação, e tem dezenas e dezenas de técnicos colocados à disposição, às vezes em tempo integral. Acho que isso aqui é até uma colocação extremamente positiva, que mostra o dinamismo da região. Existe sempre uma demanda maior do que aquela que talvez se possa atender. No caso específico de grãos, que é a discussão que estamos tendo, realmente acho que é uma área que exige hoje um esforço de pesquisa muito grande. Vemos a possibilidade de fazermos o desenvolvimento de pesquisas nas unidades da Embrapa e paralelamente junto a uma propriedade particular. Isso aí tem um grande benefício porque, no momento em que essa tecnologia se viabiliza - ou através de uma melhor semente, ou através de um melhor processo de produção, através de um novo trato cultural, ou através de um novo sistema de irrigação - o resultado que se obtém é a incorporação dessa tecnologia imediatamente pela propriedade e a sua disseminação muito mais fácil na região. Acho que esse é um processo que outros países adotaram. É um processo que também estamos adotando e precisamos, em algumas áreas, dar uma ênfase maior, como aquelas que estamos notando aqui no DF. Na área, por exemplo, da energia, temos um engenheiro em Curvelo otimizando a área de mandioca. Temos aí convênio com várias cooperativas colocando esses en-

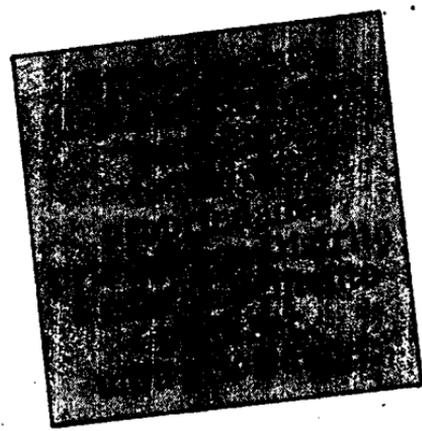
genheiros. Agora a demanda na realidade, às vezes, é muito maior do que o que se pode atender, mas o interesse e a disposição existem e fica aqui o compromisso, no caso de grãos, particularmente no caso do milho e do trigo, que realmente nós possamos estabelecer um relacionamento desse tipo.

Gostaria de fazer um outro comentário com relação a grãos. Acho que no momento atual - e nós estamos trabalhando nisso - acho que há necessidade de uma definição e de uma política para viabilizar isso. Hoje nós não podemos falar realmente em trigo e milho e depois falar nos insumos. O enfoque tem que ser integrado. Vemos hoje a potencialidade, por exemplo, do milho para o consumo direto. Acabamos de encerrar o Segundo Simpósio do Solo e existe uma disposição registrada por parte do Sindicato de Rações, da Associação Nacional de Fabricantes de Rações, por parte dos empresários na área de produção de sementes, por parte das indústrias de rações no sentido de o Brasil diversificar a fonte energética para a fabricação de rações. Hoje nós temos uma dependência quase que total do milho. Há necessidade de produzirmos mais grãos de sorgo. Há uma possibilidade muito grande de se substituir quantidades apreciáveis de milho por sorgo na fabricação de rações, liberando o milho para o consumo direto.

CB — O sorgo é mais produtivo do que o milho?

AGIDE GORGATTI — Exatamente. E fica liberado o milho para a exportação. Vejam o seguinte: hoje a Argentina, neste ano de 83, pela primeira vez na sua história vai produzir mais grãos de sorgo do que de milho. Tem um mercado excepcional de exportação. Exporta para a União Soviética, exporta para o Japão e se analisarmos a situação do Brasil nós vemos uma necessidade de um enfoque integrado. Quer dizer: nós temos que melhorar a tecnologia da produção da semente do trigo, melhorar as técnicas de produção do processo do cultivo do trigo. Paralelamente, temos que resolver o problema, inclusive na área social talvez, substituindo parcialmente o trigo por outros grãos. Melhorar, otimizar o processo de produção de rações.

LUIZ GHESTI — Já que estamos na presença do Diretor da Embrapa, gostaria de dar uma chorada. Trazendo o problema mais para dentro do Distrito Federal, cito um caso, por exemplo, em



que o Governo poderia ter olhado melhor o assunto. No cerrado, não foi a Embrapa que achou a soja mais importante. A soja, em Cristalina, foi criada por um melhorista particular. Esta soja não foi acompanhada pela Embrapa e tem um grau de segregação, quer dizer, a variedade está cada vez sendo mais misturada e se deteriorando. A Embrapa, como não foi criadora da variedade, não fez o trabalho de purificação. Então a iniciativa privada, nós, a Cooperativa aqui do DF, tivemos que fazer esse trabalho de purificação da variedade de Cristalina, porque não existe e não vão existir tão cedo uma soja para o cerrado melhor do que a de Cristalina. A Embrapa tinha todo o direito de trabalhar em cima de suas variedades. Não se tira dela esse direito, ou essa escolha, ou essa opção. Agora, a soja de Cristalina é a melhor para o cerrado e alguma coisa deve ser feita. Nós tentamos conseguir um recurso, procuramos os recursos do Finep para fazer esse trabalho de pesquisa, para nos apoiar nesse trabalho. Não recebemos o financiamento encaminhado ao BRB porque disseram que esse trabalho é da Embrapa. Então val aqui uma queixa que a principal variedade de soja no cerrado não existe. A Embrapa não tem variedade em quantidade de sementes suficientes para o cerrado. E se nós abandonássemos a variedade Cristalina nós reduziríamos tranquilamente 40% da produção de soja aqui no cerrado.

Então há essa queixa do produtor e esse alerta de que o produtor está às suas próprias expensas, ele que está em dificuldades financeiras, também tem de fazer esse trabalho de purificação da variedade de Cristalina, porque a Embrapa não vem fazendo e também esse produtor com dificuldade não teve apoio da Finep. Voltamos ao milho: os Estados Unidos têm 22 mil quilos por hectares e nós 2.400 ou menos, que é a média nacional. Agora, os híbridos que nós usamos aqui serão os mesmos que eles usam lá? Sabe-se que a maior parte dos produtores de sementes do País são multinacionais. Enquanto não tivermos um pequeno Finep aqui no cerrado para melhorar a principal variedade de soja do cerrado... A Agrocerec tem um financiamento de um bilhão e duzentos milhões da Finep para pesquisa e melhoramento do milho. Talvez aí se explique um pouco a razão de tudo isso.

AGIDE GORGATTI — Nós conhecemos o caso da soja de Cristalina. Existe o mérito de pesquisadores que se associaram a produtores da região e que a desenvolveram. Realmente, é uma variedade excelente. Temos que considerar isso como uma realidade. E como sugestão temos que fazer com que esse diálogo que existe entre as partes realmente se concretize. Então vamos ver que ações adicionais nós poderíamos ter.